NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Set

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2840/2022

CNTV ENTREGA PROPOSTAS PARA O GOVERNO LULA

DESTAQUE PARA O PISO NACIONAL

CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes entrega propostas a equipe responsável pela elaboração do Programa de Governo do Presidente Lula

Na ultima quinta-feira, 8 de setembro, dirigentes da CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes entregaram a equipe responsável pela elaboração do Programa de Governo do Presidente Lula um documento contendo propostas defendidas pela categoria. A equipe é coordenada pelo ex-Ministro Aloísio Mercadante.

No documento o destaque é para o Piso Salarial Profissional e Nacional para os Vigilantes, pleito colocado sempre no topo dos anseios da categoria.

Além disso, o documento propõe:

- Atualização da lei 7.102 de 1983, focado na geração de mais emprego para os Vigilantes, elevação da escolaridade para o curso médio completo e cursos de especialização para o Vigilante, considerando sua área de atuação;
- Valorização e reconhecimento do papel dos Vigilantes no combate a violência e defesa da vida;
- A instituição de políticas de cooperação da segurança privada com a segurança publica;
- Retorno da Comissão Tripartite (governo, trabalhadores e empresários) objetivando o aprimoramento da segurança privada no Brasil e seu compromisso com a Democracia, a Liberdade e a Vida;
- Combate e criminalização da venda de segurança privada clandestina ou irregular;

O documento foi muito bem acolhido pela Equipe do Programa de Governo Lula, com o convite aos Vigilantes para continuarem contribuindo e debatendo as proposta para melhorar a vida e a dignidade das pessoas, bem como para um país mais justo e igual.

A CNTV esteve representada por José Boaventura – Presidente da Confederação e do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, por Cícero Ferreira, Diretor da CNTV e Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas e por Amaro Pereira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri/SP, com o apoio do assessor sindical Nelson Santos.

FOTOS: VINICIUS TOLEDO

FONTE: CNTV

VIGILANTES EX-VIPAC/CAIXA

SINDICATO RECORRE AO TRT, REVERTE A DECISÃO DO JUIZ DA VARA E CAIXA TAMBÉM É CONDENADA

Os Advogados do SINDVIGILANTES/BA conseguiram reverter no Tribunal a decisão do Juiz da 27ª Vara do Trabalho e inclui a Caixa Econômica Federal na condenação da obrigação de pagar aos quase 1.100 Vigilantes ex-Vipac que atuaram no banco federal até 2016/2017 a multa prevista em lei por falta de pagamento das verbas rescisórias no prazo de até 10 dias após a dispensa.

A sentença do Juiz da Vara tinha condenado somente a empresa de vigilância e excluído a Caixa. E todos sabem que empresa quebrada não paga. Além do mais o banco foi o principal beneficiário dos serviços dos Vigilantes, portanto co-responsavel e conivente com a empresa desonesta.

Nos dois processos já aparecem mais recursos da Caixa, inclusive com deposito recursal a disposição do juízo, com previsão de longa batalha jurídica.

Os colegas podem acompanhar no site da justiça do trabalho (trt5.jus.br) o andamento dos dois processos: 0001159.38.2017.5.05.0027 e o 0001296.20.2017.5.05.0027.

É luta!

Não é digno de seu direito, quem não luta por ele!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Empresas ligadas a distrital e ex-senador abrem guerra por contrato de vigilância no DF

Ministério Público de Contas diz que manutenção de cláusula em edital pode fazer com que serviço fique R$ 10 milhões mais caro

Hugo Barreto/Metrópoles

Duas empresas que operam no ramo da segurança privada travam batalha por contrato milionário de vigilância nas escolas públicas do Distrito Federal. Segundo avaliação do Ministério Público de Contas (MPC), o mais recente round deste embate culminou em um golpe baixo, que pode fazer com que o serviço fique R$ 10 milhões mais caro ao Governo do Distrito Federal (GDF).

De um lado, está a Confederal, ligada ao ex-senador Eunício Oliveira (MDB). Do outro, a Brasfort, da família do deputado distrital Robério Negreiros (PSD). As duas empresas disputam um dos lotes da licitação lançada pela Secretaria de Educação para prover a segurança de estudantes e professores da rede

pública de ensino da capital do país.

Na licitação feita no início deste ano, a Brasfort apresentou proposta de cobrar R$ 108 milhões por ano da pasta. A Confederal, por sua vez, propôs 110,1 milhões.

Mesmo sugerindo um valor menor, a Brasfort foi inabilitada para o certame, sob alegação de que não teria atendido a uma das regras do edital. Nela, as empresas interessadas em participar do processo licitatório deveriam comprovar ter em seus quadros, pelo menos, 50% de vigilantes capacitados para operar armamento letal, e 50% preparados no manuseio de equipamentos não letais. Nesse último caso específico, trata-se de spray de pimenta. Das duas empresas, só a Confederal conseguiu cumprir tais requisitos.

Desde a publicação do edital, a Brasfort questiona a regra. Segundo a empresa, os editais para segurança privada exigem, tradicionalmente, somente a comprovação técnica de 50% do efetivo com capacidade de manuseio de armamento letal. Ao Metrópoles os representantes da Brasfort citaram que nas duas últimas contratações dessa natureza pela pasta da Educação local não houve tal rigor.

Em 2014, por exemplo, as concorrentes no certame tinham de comprovar apenas que metade dos seus funcionários sabiam manejar pistolas e revólveres. Já em 2021, a exigência de profissionais com cursos de armamento não letal se resumiu a 5%.

Do outro lado dessa disputa, a Confederal alegou que sua concorrente não conseguiu atestar a capacidade de oferta de vigilantes habilitados para o manuseio de armas não letais e defendeu o cumprimento do edital. Destacou, ainda, não haver similaridade entre armas letais e não letais, o que exigiria treinamentos distintos. A Brasfort rebateu alegando que, por força de convenção coletiva de trabalho, teria de aproveitar a mão de obra da empresa GI, que opera hoje em caráter emergencial. E, por essa razão, a condição seria irrelevante.

Julgamento no TCDF

O imbróglio está sendo julgado no Tribunal de Contas do DF (TCDF). O relator do processo, conselheiro Márcio Michel, rejeitou a representação da Brasfort, mas o conselheiro Manoel de Andrade considerou o pedido procedente. Diante do impasse, o conselheiro Inácio Magalhães pediu vistas, e a análise na Corte foi suspensa temporariamente.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Marcos Felipe Pinheiro, disse, em 31 de agosto, na primeira sessão do julgamento, que a regra estabelecida pela Secretaria de Educação "alijou a capacidade de concorrência de outras empresas no certame".

"Há uma ultrapassagem do aceitável no tocante aos percentuais elencados para comprovação da aptidão técnica das empresas e que comportamentos dessa natureza tendem a cercear a competitividade. E, no caso específico, causando um prejuízo potencial aos cofres públicos ao longo dos próximos cinco anos, de mais de 10 milhões de reais", assinalou o procurador-geral.

O que diz a Secretaria de Educação

Ao Metrópoles a Secretaria de Educação se manifestou por meio de nota. Leia na íntegra:

"O processo teve a sua parte interna e externa findado pela Secretaria de Educação e foi encaminhado para a análise e homologação do Tribunal de Contas. Qualquer questionamento quanto ao procedimento está sendo analisado pelo TCDF e, diante disso, a pasta não tem como entrar com procedimento regimental técnico".

FONTE- METROPOLES - Francisco Dutra

CUT, MPT e sindicatos vão discutir formas de prevenção ao suicídio no trabalho

A CUT, entidades filiadas e demais centrais sindicais participam na próxima semana, a partir do dia 12, do 2° Seminário Sofrimento Mental e Suicídio: Estratégias de Enfrentamento no Trabalho, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O propósito é debater o crítico cenário de aumento de casos de adoecimento mental por conta das transformações no mundo trabalho.

O seminário é realizado no contexto do Setembro Amarelo, mês em que o suicídio é trazido ao centro das atenções em campanhas de conscientização sobre o tema.

De acordo com dados levantados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), nos últimos 20 anos, dobrou o número de casos de suicídio no Brasil, passando de sete mil em 2000 para 14 mil em 2020.

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), cerca de 96,8% dos casos

se relacionam a transtornos mentais como a depressão, seguida do transtorno bipolar e do abuso de substâncias.

A depressão, junto com ansiedade e outros transtornos mentais são responsáveis por muitos dos casos de afastamento do trabalho. Em cinco anos o número aumento mais de 50%. Passou de 170 mil em 2015 para mais 289 mil em 2020.

A conclusão, de acordo com os dados, é de que a classe trabalhadora está cada vez mais vulnerável ao adoecimento mental causado não somente pela exploração obsessiva do capital sobre o ser humano, com métodos de cobranças abusivas, metas, pressão e assédio moral, como pela retirada sistemática de direitos desde o golpe de 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff , que deu início a uma era onde o trabalhador é, de fato, o lado mais fraco da corda.

"As reformas Trabalhista, da Previdência, a precarização do trabalho com a terceirização irrestrita, o alto índice de desemprego, reflexos do golpe, tudo ainda se agravou com os impactos da pandemia de Covid-19 e tem levado os trabalhadores ao sofrimento, com a tristeza, falta de perspectiva de futuro, causando distúrbios de ansiedade, depressão e até mesmo, o pensamento suicida", diz a secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida Silva, ao justificar a necessidade de se debater o tema e pensar em como amenizar esse sofrimento.

Luta contra o adoecimento mental

A inciativa do seminário no MPT e da Unicamp está em consonância com a constante luta da CUT e centrais sindicais contra os abusos cometidos pelas empresas que levam ao sofrimento mental e ao suicídio relacionado ao trabalho.

"Nós vamos nos aprofundar sobre o tema 'transtorno mental e suicídio relacionado ao trabalho' neste seminário. A expectativa é de que a partir do debate, possamos construir caminhos que possibilitem o enfretamento dos problemas na sua origem, ou seja, no local de trabalho contribuindo e propondo mudanças nas relações que estão adoecendo e matando a classe trabalhadora", diz a dirigente da CUT.

Neste sentido, o Fórum Nacional das Centrais Sindicais tem buscado fortalecer as ações conjuntas na defesa e pela promoção da saúde dos trabalhadores desde o local de trabalho independente do vínculo de trabalho.

"Não podemos aceitar que a classe trabalhadora adoeça e morra expostos a riscos e agravos a sua saúde mental, pois sabemos que isso pode ser evitado. Buscamos condições de trabalho cada vez mais dignas e seguras, tendo o local de trabalho como lugar de possibilidades de realizações e de bem-estar", diz Madalena Silva, que também é coordenadora do Fórum .

O evento

O 2° Seminário 'Sofrimento Mental e Suicídio: Estratégias de Enfrentamento no Trabalho será híbrido', parte no auditório da sede do MPT em Campinas, parte transmitido ao vivo pelo canal do MPT Campinas no YouTube, nos dias 12, 13 e 14 de setembro.

"A segunda edição do seminário tem como objetivo trazer experiências nacionais e internacionais de enfrentamento do problema, que poderão ser agregadas para o desenvolvimento do projeto", afirma a professora Márcia Bandini, da Unicamp.

"A partir desse evento com integrantes dos serviços de saúde do trabalhador, órgãos públicos, acadêmicos, representantes de categorias laborais e representantes da sociedade civil, esperamos consolidar as estratégias de atuação e, a partir delas, trazer avanços sociais no combate ao sofrimento mental no trabalho", observa o procurador Mario Antônio Gomes.

O evento terá a participação de representantes de universidades, CERESTs, Fiocruz, Fundacentro e outras entidades representativas dos trabalhadores, empregadores e sociedade civil. Dentre os nomes participantes, estão a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a especialista em estudos sobre suicídio Fernanda Marquetti, além de especialistas internacionais

Entre os temas a serem abordados estão os desafios para o reconhecimento da relação entre transtornos mentais e trabalho, além das experiências dos órgãos de vigilância epidemiológica, a discussão sobre a importância da ratificação da Convenção da OIT nº 190 pelo Brasil e uma ampla análise sobre o suicídio no trabalho.

Setembro Amarelo

A iniciativa surgiu em 2014, a partir de uma parceria da Associação Brasileira de Psiquiatria com o Conselho Federal de Medicina (CFM). O dia 10 no mês de setembro é, oficialmente, o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, mas a iniciativa acontece durante todo o ano.

Atualmente, o Setembro Amarelo é a maior campanha para combater estigmas sobre o preconceito em todo o mundo. Em 2022, o lema é "A vida é a melhor escolha!" Diversas ações já estão sendo desenvolvidas.

Suicídio pelo mundo

De acordo com a última pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, foram registrados mais de 700 mil suicídios em todo o mundo, sem contar com os episódios subnotificados, pois com isso, estima-se mais de um milhão de casos.

No Brasil, os registros são de cerca de 14 mil casos por ano, ou seja, em média 38 pessoas cometem suicídio por dia. Embora os números estejam diminuindo em todo o mundo, os países das Américas vão na contramão dessa tendência, com índices que não param de aumentar, segundo a OMS.

Sabe-se que praticamente 100% de todos os casos de suicídio estavam relacionados às doenças mentais, principalmente não diagnosticadas ou tratadas incorretamente. Dessa forma, a maioria dos casos poderia ter sido evitada se esses pacientes tivessem acesso ao tratamento psiquiátrico e informações de qualidade.

Arte: Edson Rimonatto

Fonte: Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil com Setembro Amarelo® e Unicamp

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF